

# **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Processo Administrativo nº 04101.012186/2025-47**

**CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM BASE NA LEI Nº  
14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.**

Natal, setembro de 2025

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

### INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o processo que tem por intuito a reposição do estoque de vouchers de certificados digitais utilizados pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN).

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Inciso I, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

##### 1.1. DEFINIÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

- |          |   |
|----------|---|
| <b>1</b> | <p>A crescente digitalização dos serviços judiciais, notadamente com o uso de plataformas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), SISCONDJ, Projudi, SAJ e outros sistemas integrados, exige a constante disponibilidade de certificados digitais válidos, emitidos por Autoridade Certificadora reconhecida, para assegurar a autenticidade, integridade e validade jurídica dos atos processuais.</p> <p>A ausência ou insuficiência de certificados digitais compromete diretamente a eficiência e a legalidade dos serviços prestados, podendo acarretar prejuízos à sociedade e ao funcionamento da Justiça.</p> <p>Atualmente, o PJRN dispõe de aproximadamente 800 vouchers remanescentes para certificados A3-CPF, com previsão de esgotamento até o final do exercício corrente, o que evidencia a urgência da reposição.</p> |
| <b>2</b> | <p>Este estudo técnico preliminar tem como objetivo mostrar que a aquisição tem por objetivo a continuidade das operações judiciais, que é de grande interesse público, sendo essencial para garantir o acesso à Justiça de forma eficiente, segura e ininterrupta.</p>   |

##### 1.2. IDENTIFICAÇÃO DAS TECNOLOGIAS EM USO ATUALMENTE

- |          |  |
|----------|--|
| <b>1</b> | <p>O PJRN dispõe atualmente de aproximadamente 4.746 (Quatro mil, setecentos e quarenta e seis) colaboradores exercendo cargos ou funções públicas (Magistrados, Servidores Públicos cedidos e/ou comissionados, terceirizados e estagiários), que operam Sistemas diversos como Renajud, Infojud e outros, além dos Sistemas Judiciais próprios, dentre eles Projudi, SAJ e PJe.</p> <p>Aproximadamente 3.800 (Três mil e oitocentas) pessoas imbuídas de função pública no judiciário já possuem certificados digitais emitidos tipos A3 - CPF – número este obtido através do relatório extraído a partir do sistema da atual Autoridade Certificadora contratada (Solutinet) e fornecedora do serviço que envolve a emissão dos certificados digitais atualmente válidos do PJRN. Estão consolidados, ainda, registros de controle próprio das compras de todos os certificados efetivados até o presente momento pelo Departamento de Infraestrutura e Suporte da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC.</p> <p>Atualmente não existe mais a possibilidade de aquisição de vouchers que são utilizados para as emissões dos certificados digitais, advindos do contrato anteriormente realizado.</p> |
|----------|--|

O PJRN dispõe no momento de aproximadamente cerca de apenas 800 novas ordens de serviço (*Quantidade limite de vouchers em estoque*) à disposição para certificados A3-CPF, a serem utilizadas nas demandas atuais e futuras para esse tipo de certificação digital, com previsão de esgotamento até o final do corrente ano

## 2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL<sup>1</sup> (Inciso II, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

### DESCRIÇÃO

CERTIFICADOS DIGITAIS

## 3. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC (Inciso III, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

### 1 Requisitos Gerais:

- Credenciamento e Regularidade Jurídica
  - A empresa licitante deverá estar credenciada como Autoridade Certificadora junto à ICP-Brasil, conforme exigido pela legislação vigente.
- Condições de Fornecimento
  - Os vouchers deverão ser entregues em lote único, codificados e controlados por sistema próprio da contratada.
  - Os certificados digitais deverão ser emitidos conforme demanda do PJRN, com validade conforme especificado:
    - A3-CPF com Token: 3 anos
    - A3-CPF em Nuvem: 3 anos
    - A1-CNPJ: 1 ano
    - A1 SSL Wild Card: 1 ano
    - OVSSL CodeSigning: 3 anos
- Plataforma de Assinatura Eletrônica
  - A solução deverá ser fornecida em modelo SaaS (Software como Serviço), com acesso remoto, trilha de auditoria, autenticação segura e compatibilidade com os sistemas judiciais utilizados pelo PJRN.
  - A plataforma deverá permitir a formalização de documentos com validade jurídica, conforme legislação vigente.
- Suporte Técnico e SLA
  - Atendimento técnico em regime 8x5, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h.
  - Tempo de resposta máximo: 2 horas
  - Tempo de solução máximo: 72 horas
  - Disponibilização de canais de suporte remoto (telefone, e-mail ou plataforma online).
  - Sistema eletrônico para abertura e acompanhamento de chamados.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://intranet.tjrn.jus.br/secretarias2/setic/planos/plano-de-aquisicoes/>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Garantia e Manutenção</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia integral durante o período de validade dos certificados e da plataforma contratada.</li> <li>• Manutenção corretiva e substituição de componentes defeituosos sem custos adicionais.</li> <li>• Substituição de certificados ou acesso à plataforma em caso de falhas não solucionadas no prazo contratual.</li> </ul> </li> <li>• <b>Outros Requisitos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratada deverá garantir a segurança, rastreabilidade e controle dos vouchers emitidos.</li> <li>• A solução deverá estar aderente às regulamentações da ICP-Brasil e às boas práticas de segurança da informação.</li> </ul> </li> </ul>
<b>2</b>	<p><b>Requisitos Técnicos Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Modalidades de Certificados Digitais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>a)</b> VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A3-CPF COM ARMAZENAMENTO DE ARQUIVO EM MÍDIA CRIPTOGRÁFICA FÍSICA DO TIPO "TOKEN" PARA PESSOA FÍSICA - PADRÃO;</li> <li>• <b>b)</b> VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A3-CPF COM ARMAZENAMENTO DE ARQUIVO EM NUVEM PARA PESSOA FÍSICA - PADRÃO ICP-BRASIL COM VALIDADE DE 3 ANOS;</li> <li>• <b>c)</b> VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A1 CNPJ PADRÃO ICP BRASIL COM VALIDADE DE 3 ANOS;</li> <li>• <b>d)</b> VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A1 SSL WILDCARD PARA SERVIDOR WEB - CADEIA INTERNACIONAL COM VALIDADE DE 3 ANOS;</li> <li>• <b>e)</b> VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL SSL INT. CODESIGN PADRÃO ICP BRASIL COM VALIDADE DE 1 ANO.</li> </ul> </li> </ul> <p>2.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de assinatura digital eletrônica e digital: Plataforma de assinatura eletrônica e digital que permite a formalização de documentos de forma segura, rápida e conforme a legislação vigente, oferecendo diferentes tipos de assinatura, garantindo validade jurídica e otimização de processos</li> </ul> <p>O detalhamento dos requisitos técnicos será demonstrado no Termo de Referência.</p>
<b>3</b>	<p><b>Vigência Inicial:</b></p> <p>A contratação será dividida em dois grupos, com vigências distintas, conforme a natureza dos objetos contratados:</p> <p>Grupo 1 – Vouchers de Certificados Digitais</p> <p>Sugere-se que a contratação para o fornecimento dos vouchers de certificados digitais seja feita através de ordem de compra e entrega completa e imediata, conforme demanda do PJRN. Por se tratar de fornecimento único e pontual, não se aplica prorrogação contratual, nos termos do art.</p>

105, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

#### Grupo 2 – Plataforma de Assinatura Eletrônica e Digital

Sugere-se que a vigência inicial do contrato referente à plataforma de assinatura eletrônica seja de **30 (trinta) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, conforme interesse da Administração e mediante justificativa técnica, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação estará condicionada à avaliação da prestação dos serviços, ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos e à demonstração de vantajosidade da continuidade contratual, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

#### 4 Níveis Mínimos de Serviços:

O atendimento técnico será dividido nas seguintes categorias, de acordo com a criticidade do problema relatado:

Categoria	Descrição	Tempo de Resposta	Tempo de Resolução
<b>Crítico</b>	Defeitos que tornam o equipamento inutilizável e afetam diretamente o trabalho da instituição. Exemplo: falha total de hardware ou software essencial.	<b>Até 1 dia útil</b>	<b>Até 15 dias úteis</b>
<b>Alta Prioridade</b>	Problemas que impactam o funcionamento parcial do equipamento ou de aplicativos críticos, mas que permitem a continuidade das atividades, ainda que de forma limitada.	<b>Até 2 dias úteis</b>	<b>Até 18 dias úteis</b>
<b>Média Prioridade</b>	Defeitos que afetam funcionalidades secundárias do equipamento, sem impacto direto nas atividades essenciais.	<b>Até 3 dias úteis</b>	<b>Até 20 dias úteis</b>
<b>Baixa Prioridade</b>	Solicitações relacionadas a dúvidas, atualizações não críticas ou pequenas falhas sem impacto significativo no uso diário.	<b>Até 4 dias úteis</b>	<b>Até 25 dias úteis</b>

#### 1.1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

1.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.1.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
  - i) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - ii) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 6.6.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - iii) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 6.6.1, de 7% a 15% do valor do Contrato.
  - iv) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 6.6.1, a multa será de 7% a 15% do valor do Contrato.
  - v) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 6.6.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - vi) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 6.6.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

1.1.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.1.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- b) Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

- c) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (a ser detalhada na minuta de contrato), se for o caso, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.1.5.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1.6.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.1.7.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.1.8.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada com base no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.9.O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.1.10.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.1.11.O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais autoriza o TRIBUNAL a promover a extinção do Contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

<b>5</b>	<b>Requisitos de Repasse de Conhecimento:</b>  Devido à natureza da contratação e ao conhecimento técnico da equipe do Departamento de Infraestrutura e Suporte, entendemos não haver necessidade de repasse de conhecimentos.
<b>6</b>	<b>Requisitos de Suporte Técnico, Manutenção e Garantia:</b>  Suporte técnico em regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), em horário local do Contratante, de segunda a sexta, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, com atendimento em até 02 horas e solução em até 72 horas.

**4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS** (Inciso IV, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

DEMANDA			
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade (Unidade)
1	1	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A3-CPF COM ARMAZENAMENTO DE ARQUIVO EM MÍDIA CRIPOGRÁFICA FÍSICA DO TIPO TOKEN PARA PESSOA FÍSICA.	350
	2	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A3-CPF COM ARMAZENAMENTO DE ARQUIVO EM NÚVEM PARA PESSOA FÍSICA.	5000
	3	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A1 CNPJ PADRÃO ICP BRASIL.	8
	4	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SERVIDOR WEB - CADEIA INTERNACIONAL.	15
	5	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL SSL INT. CODESIGN PADRÃO ICP BRASIL.	2
2	6	PLATAFORMA DE ASSINATURA ELETRÔNICA	1

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO** (Inciso V, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

**5.1. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS**

No levantamento efetuado, foram levados em consideração todos os custos diretos e indiretos para que a solução seja implantada, como aquisição, garantia, instalação, configuração, manutenção, suporte técnico, atualização, entre outros.

**5.2. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE**

Não existe necessidade de adequações do ambiente, tendo em vista que a aquisição adicionará equipamentos similares aos já utilizados atualmente.



### 5.3. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	<p><b>Aquisição de certificados digitais a partir de empresas públicas governamentais, tais como a SERPRO ou, a utilização da Aplicação PJe Token.</b></p> <p><b>Descrição:</b> Contratação direta de serviços de certificação digital junto a empresas públicas como o SERPRO, ou adoção da aplicação PJe Token, que permite a emissão e gestão de certificados digitais vinculados ao sistema PJe.</p> <p><b>Vantagens:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Segurança institucional:</b> Empresas públicas como o SERPRO possuem credibilidade.</li> <li>○ <b>Integração nativa com o PJe:</b> A aplicação PJe Token é desenvolvida para operar diretamente com o sistema judicial eletrônico.</li> <li>○ <b>Possibilidade de dispensa de licitação:</b> A contratação direta com empresa pública pode ser realizada com base no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos legais.</li> </ul> <p><b>Desvantagens:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Menor flexibilidade de gestão:</b> A contratação direta pode limitar o controle sobre prazos, formatos e modalidades de certificação.</li> <li>○ <b>Dependência de soluções específicas:</b> A aplicação PJe Token pode não atender a todas as demandas administrativas e técnicas do PJRN fora do escopo do PJe.</li> <li>○ <b>Instabilidade na manutenção do serviço:</b> O tipo de aquisição de certificados digitais a partir de empresas públicas como a SERPRO ou a utilização da aplicação PJe Token não se mostra estável, no tocante à eventual instabilidade na manutenção do serviço de emissão de certificados digitais.</li> <li>○ <b>Cobertura insuficiente das necessidades do PJRN:</b> Ficar vinculado à SERPRO, eventualmente, não se caracterizará em cobrir todas as necessidades do PJRN.</li> <li>○ <b>Limitações técnicas da aplicação PJe Token:</b> De acordo com a equipe que trata do seu contínuo desenvolvimento, a utilização desse tipo de aplicação no PJe não é garantida, o que compromete sua confiabilidade como solução institucional.</li> </ul>
2	<p><b>Licitação para aquisição de vouchers que permitam a prestação do serviço de emissão de certificação digital em suas diversas modalidades</b></p> <p><b>Descrição:</b> Realização de processo licitatório para contratação de empresa especializada, visando o fornecimento de vouchers para emissão de certificados digitais nas modalidades A3-CPF (token e nuvem), A1-CNPJ, SSL Wild Card e OVSSL, além da contratação de plataforma de assinatura eletrônica em modelo SaaS.</p> <p><b>Vantagens:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Abrangência e flexibilidade:</b> Permite atender a todas as modalidades de certificação digital exigidas pelo PJRN.</li> <li>○ <b>Controle e rastreabilidade:</b> Os vouchers podem ser gerenciados por sistema próprio da contratada, com controle de uso e validade.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Atendimento a múltiplas demandas:</b> Abrange tanto os certificados para pessoas físicas e jurídicas quanto os utilizados em aplicações e servidores.</li> <li>○ <b>Estabilidade contratual e suporte técnico:</b> A contratação formal permite cláusulas de desempenho, penalidades e níveis mínimos de serviço.</li> </ul> <p><b>Desvantagens:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Necessidade de gestão contratual:</b> Requer acompanhamento técnico e administrativo contínuo.</li> <li>○ <b>Processo licitatório:</b> Demanda tempo e recursos para elaboração, publicação e julgamento da licitação.</li> </ul>
--	--

#### 5.4. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Cenário 1	X		
	Cenário 2	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Cenário 1		X	
	Cenário 2		X	
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Cenário 1		X	
	Cenário 2		X	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Cenário 1			X
	Cenário 2			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Cenário 1	X		
	Cenário 2	X		
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Cenário 1			X
	Cenário 2			X

#### 5.5. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Durante a fase de prospecção e análise de alternativas para atender à demanda de emissão de certificados digitais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), foi considerada a possibilidade de contratação direta de empresas públicas governamentais, como o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), bem como a utilização da aplicação PJe Token, vinculada ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Após análise técnica e operacional, esta alternativa foi considerada inviável por apresentar restrições significativas quanto à estabilidade, cobertura funcional e confiabilidade da solução, conforme detalhado a seguir:

##### **Cobertura funcional limitada:**

A vinculação exclusiva ao SERPRO não contempla todas as modalidades de certificação digital exigidas pelo PJRN, como certificados SSL Wild Card e OVSSL para assinatura de aplicativos. A oferta é restrita e não atende à diversidade técnica necessária para suportar as aplicações judiciais e administrativas em uso.

##### **Limitações da aplicação PJe Token:**

Embora a aplicação PJe Token seja integrada ao sistema PJe, sua utilização não é garantida pela equipe técnica responsável pelo desenvolvimento e manutenção do sistema, conforme já explicitado em

comunicações técnicas. Isso compromete a confiabilidade da solução, especialmente em cenários que exigem suporte técnico contínuo e interoperabilidade com outras plataformas.

#### **Ausência de controle e rastreabilidade:**

A contratação direta não permite a implementação de mecanismos de controle por meio de sistema próprio de gestão de vouchers, como previsto na solução licitada. Isso dificulta a rastreabilidade das emissões, o controle de validade e a distribuição conforme demanda interna.

#### **Incerteza quanto à escalabilidade e suporte técnico:**

A alternativa não oferece garantias claras quanto à escalabilidade da solução, suporte técnico dedicado, níveis mínimos de serviço (SLA) e penalidades contratuais em caso de descumprimento, elementos essenciais para assegurar a qualidade e continuidade dos serviços prestados.

Diante dos fatores acima, conclui-se que a alternativa de contratação direta com empresas públicas ou uso da aplicação PJe Token não atende aos requisitos técnicos, operacionais e estratégicos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, sendo, portanto, tecnicamente inviável para atender à demanda do PJRN.

### **5.6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR**

A presente justificativa técnica e econômica tem como objetivo demonstrar, com base em critérios objetivos e alinhados às boas práticas da Administração Pública, a viabilidade e a vantajosidade da contratação de empresa especializada para fornecimento de vouchers de certificados digitais e plataforma de assinatura eletrônica, conforme demanda do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN).

#### **Justificativa Técnica**

A solução proposta atende integralmente aos requisitos operacionais e tecnológicos do PJRN, garantindo:

- **Abrangência funcional:** contempla todas as modalidades de certificação digital exigidas, incluindo A3-CPF com token, A3-CPF em nuvem, A1-CNPIJ, SSL Wild Card e OVSSL para assinatura de aplicativos, além da plataforma de assinatura eletrônica em modelo SaaS.
- **Interoperabilidade com sistemas judiciais e administrativos:** os certificados digitais são compatíveis com sistemas como PJe, SISCONDJ, SAJ, Projudi, entre outros, assegurando validade jurídica dos atos processuais.
- **Controle e rastreabilidade:** os vouchers serão gerenciados por sistema próprio da contratada, permitindo controle de emissão, validade e distribuição conforme demanda interna.
- **Suporte técnico e níveis mínimos de serviço (SLA):** a solução prevê atendimento técnico em regime 8x5, com tempo de resposta de até 2 horas e resolução em até 72 horas, conforme exigido no Termo de Referência.

#### **Justificativa Econômica**

A contratação apresenta vantagens econômicas relevantes, conforme estimativas de mercado e memória de cálculo:

- **Valor estimado total:** R\$ 981.363,89 (30 meses), para atender mais de 5.000 usuários e múltiplas aplicações institucionais.
- **Custo unitário competitivo:** os valores médios dos certificados digitais estão alinhados com os

praticados por fornecedores credenciados pela ICP-Brasil.

- **Redução de custos indiretos:** a adoção da plataforma de assinatura eletrônica reduz o uso de papel, deslocamentos físicos e tempo de tramitação de documentos.
- **Eficiência administrativa:** a solução contribui para maior produtividade dos servidores e magistrados, com impacto positivo na prestação jurisdicional.

## Alinhamento Legal

A contratação está fundamentada nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, conforme disposto nos artigos 6º, 11, 12, 17 e 18 da Lei nº 14.133/2021. A modalidade recomendada é o Pregão Eletrônico, por se tratar de objeto comum e padronizado, com ampla concorrência e especificações usuais no mercado.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inciso VI, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

### 2 - PREÇOS ESTIMADOS

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	UND. DE FORNEC.	QNT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01/000	LOTE 01 - CERTIFICADOS DIGITAIS	***	***	***	600.123,89
01/001	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A3-CPF COM ARMAZENAMENTO DE ARQUIVO EM MÍDIA CRIPOGRÁFICA FÍSICA DO TIPO TOKEN PARA PESSOA FÍSICA.	UNIDADE	350,00	63,12	22.092,00
01/002	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A3-CPF COM ARMAZENAMENTO DE ARQUIVO EM NÚVEM PARA PESSOA FÍSICA.	UNIDADE	5.000,00	109,89	549.450,00
01/003	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL A1 CNPJ PADRÃO ICP BRASIL.	UNIDADE	8,00	151,13	1.209,04
01/004	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SERVIDOR WEB - CADEIA INTERNACIONAL.	UNIDADE	15,00	1.633,33	24.499,95
01/005	VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL SSL INT. CODESIGN PADRÃO ICP BRASIL.	UNIDADE	2,00	1.436,45	2.872,90
02/000	LOTE 02 - PLATAFORMA DE ASSINATURA	***	***	***	381.240,00
02/001	PLATAFORMA DE ASSINATURA ELETRÔNICA	MENSAL	30,00	12.708,00	381.240,00
<b>VALOR GLOBAL</b>					<b>981.363,89</b>

Valores obtidos através do endereço <http://sistema.cestadeprecos.com/> de contratações efetuadas em outros órgãos públicos.

### 6.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

<b>Solução Viável 2</b>
<b>Descrição:</b>
Licitação para aquisição de vouchers que permitam a prestação do serviço de emissão de certificação digital em suas diversas modalidades

### Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo

Neste cenário foram considerados os quantitativos existentes no item 4 - **ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS** (Inciso IV, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021):

Para o **grupo 1**, que é de pagamento único, o valor de referência é de: R\$ 600.123,89

Para o **grupo 2**, que tem pagamento mensal, o valor de referência é de R\$ 12.708,00 por mês, o que dá R\$ 152.496,00 por ano e R\$ 381.240,00 para 30 meses de contrato.

**1º ano:** Vouchers = R\$ 600.123,89 + software de gestão de assinaturas = R\$ 152.496,00 = R\$ 752.619,89  
**Do 2º ano ao 5º ano** = R\$ 152.496,00 por ano

Em **30 meses** o valor a ser gasto é de **R\$ 981.363,89**

- Grupo 1 = R\$ 600.123,89
- Grupo 2 = 12.708,00 x 30 = R\$ 381.240,00

Em **5 anos** o valor a ser gasto é de **R\$ 1.362.603,89**

- Grupo 1 = R\$ 600.123,89
- Grupo 2 = 12.708,00 x 60 = R\$ 762.480,00

### 6.2. ESTIMATIVA DE VALORES DE MERCADO

Id	Valor da solução (ou cenário) para 30 meses
2	R\$ 981.363,89

### 6.3. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da Solução	Estimativa de TCO ao longo de 05 anos (em R\$)				
	1	2	3	4	5
Solução Viável 2	752.619,89	152.496,00	152.496,00	152.496,00	152.496,00

### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA (Incisos VII e IX, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

A solução proposta contempla a aquisição de vouchers de certificados digitais e a contratação de plataforma de assinatura eletrônica e digital, visando atender à demanda crescente e contínua do PJRN por serviços de certificação digital, essenciais à validade jurídica dos atos processuais praticados nos sistemas judiciais eletrônicos.

A execução da contratação será dividida em dois grupos:

- Grupo 1: entrega única de vouchers codificados, controlados por sistema próprio da contratada.
- Grupo 2: contratação de plataforma de assinatura eletrônica e digital em modelo SaaS, com acesso remoto, integração com os sistemas judiciais utilizados pelo PJRN e suporte técnico contínuo.

A premissa utilizada para a escolha da solução foi exclusivamente técnica, escolhendo a solução que trouxesse maiores benefícios e controle ao PJRN. A solução escolhida foi o **cenário 2 – Licitação para aquisição de vouchers que permitam a prestação do serviço de emissão de certificação digital em suas diversas modalidades.**

#### **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO** (Inciso VIII, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

A presente contratação foi estruturada em **dois grupos distintos**, conforme a natureza técnica e operacional dos objetos envolvidos, visando garantir maior eficiência, controle e adequação às necessidades específicas do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN).

##### **Grupo 1 – Vouchers de Certificados Digitais**

Este grupo contempla o fornecimento de **vouchers para emissão de certificados digitais** em diversas modalidades (A3-CPF com token, A3-CPF em nuvem, A1-CNPJ, SSL Wild Card e OVSSL). Trata-se de um **produto de entrega única**, com características de bem de consumo, cuja aquisição será realizada de forma centralizada e distribuída conforme demanda interna.

A natureza pontual e objetiva deste fornecimento justifica sua separação contratual, permitindo:

- Controle individualizado das ordens de serviço;
- Gestão eficiente do estoque de vouchers;
- Rastreabilidade das emissões por sistema próprio da contratada;
- Atendimento imediato às demandas operacionais do PJRN.

##### **Grupo 2 – Plataforma de Assinatura Eletrônica e Digital**

Este grupo refere-se à contratação de **serviço contínuo**, em modelo SaaS (Software como Serviço), para disponibilização de plataforma de assinatura eletrônica e digital. O serviço será utilizado de forma recorrente, com integração aos sistemas judiciais e administrativos, e exige suporte técnico, manutenção evolutiva e acompanhamento contratual.

A separação deste grupo permite:

- Definição clara de níveis mínimos de serviço (SLA);
- Estabelecimento de cláusulas específicas de suporte, garantia e penalidades;
- Flexibilidade para prorrogação contratual conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021;
- Monitoramento contínuo da performance da solução e sua aderência às necessidades institucionais.

O parcelamento da contratação em dois grupos distintos está fundamentado na **diferença de natureza entre bens e serviços**. A medida visa **otimizar a gestão contratual, garantir maior eficiência administrativa e assegurar o atendimento integral das necessidades do PJRN**, respeitando os princípios da economicidade, legalidade e interesse público.

#### **9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO** (Inciso VIII, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

A equipe técnica deverá ter conhecimento da contratação e de suas especificações técnicas.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (Inciso XI, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

## 11. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inciso XII, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

A contratação proposta, dividida em dois grupos — aquisição de vouchers para emissão de certificados digitais (Grupo 1) e contratação de plataforma de assinatura eletrônica em modelo SaaS (Grupo 2) — **não apresenta impactos ambientais significativos**.

Pelo contrário, a solução contribui positivamente para a **racionalização do consumo de recursos físicos e energéticos**, alinhando-se às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do PJRN e aos princípios da Administração Pública ambientalmente responsável.

## 12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inciso XIII, do artigo 18, da Lei nº 14.133, de 2021)

Após análise técnica e econômica realizada neste Estudo Técnico Preliminar, declara-se **viável a contratação** dos serviços e produtos relacionados à emissão de certificados digitais e à disponibilização de plataforma de assinatura eletrônica, conforme demanda apresentada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN).

A contratação está devidamente fundamentada nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, e atende integralmente às necessidades operacionais e estratégicas da instituição.

## 13. ASSINATURAS

COORDENADOR DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	INTEGRANTE TÉCNICO
Gustavo Henrique Costa Ribeiro Matrícula: 812.774-3	Pablo Ricardo Garcia de Medeiros Matrícula: 154.755-0
INTEGRANTE DEMANDANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Marcelo Dantas Ramos Matrícula: 165.111-0	José Dias de Medeiros Neto Matrícula: 198.454-3